

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.271 - RJ (2019/0333367-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DO TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL DE SÃO GONÇALO - SJ/RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO - RJ**
INTERES. : **CLAUDIO MARCOS MATTOS DE CASTRO**
ADVOGADOS : **ADILSON MARTINS GOMES E OUTRO(S) - RJ026066**
 : **UIRÁ DE SOUZA MARTINS - RJ114721**
 : **IÁRA DA FONSECA BARBOSA PEREZ - RJ064314**
INTERES. : **SAO GONCALO CARTORIO DO 3 DISTRITO**
ADVOGADO : **MARCOS ANTÔNIO MARTINS DE CARVALHO - RJ144492**

EMENTA

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA FEDERAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE ENTE FEDERAL NA LIDE. ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO - RJ, O SUSCITADO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DO TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL DE SÃO GONÇALO - SJ/RJ em face do JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO - RJ, nos autos da ação de exibição de documentos ajuizada por CLAUDIO MARCOS MATTOS DE CASTRO em face de SÃO GONÇALO CARTÓRIO DO 3 DISTRITO.

A demanda foi originariamente proposta no Juízo estadual, que declinou de sua competência para a Justiça Federal, por entender que *"... a relação estabelecida entre as partes, inicialmente, tratava-se de relação trabalhista e como os documentos cuja exibição se pretende tem como objetivo a averbação de tempo de serviço, sendo o INSS o órgão responsável por fornecer a referida certidão, a demanda deverá ser decidida junto à Justiça Federal"* (e-STJ, fl. 117).

O Juízo federal, por sua vez, ao suscitar o conflito, afirmou que *"... não há*

entre os pedidos constantes na inicial, o de averbação de tempo junto ao INSS, tampouco o pedido de expedição de Certidão de Tempo de Serviço pela autarquia previdenciária" (e-STJ, fl. 128). Alegou, ainda, que o pedido de exibição de livros, com natureza cautelar, visando possível ação em face do INSS não justifica o declínio da competência para a Justiça Federal.

Parecer do Ministério Público Federal opinando pela declaração da competência do Juízo estadual suscitado.

É o relatório. Decido.

Com fundamento na orientação contida na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastantes numerosas da Colenda 2ª Seção.

Apreciando caso análogo, cujos fundamentos são plenamente aplicáveis à hipótese dos autos, manifestei-me em decisão confirmada pela Segunda Seção nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO E JUSTIÇA ESTADUAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.

1. Pretensão de comprovação de vínculo empregatício e tempo de labor para futura obtenção de aposentadoria por tempo de contribuição.

2. A presunção de veracidade que decorreria da não exibição dos documentos não satisfaria a pretensão do postulante em face do INSS, senão a declaração da efetiva existência do vínculo no período sustentado pelo empregado.

3. Sendo da Justiça do Trabalho a competência para declarar o vínculo empregatício, razoável que lá se ajuíze ação cautelar de exibição dos documentos que o corroborariam.

4. Conflito conhecido para declarar a competência da 6ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto - SP.

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no CC 121.512/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 17/09/2012)

No voto, sustentei o seguinte:

A ação cautelar está voltada, é verdade, ao mero reconhecimento do dever de apresentação de documentos

comuns às partes. Tem ela objetivo instrutório e, em princípio, efetivamente não demandaria a análise da relação laboral em si.

*A parte autora, ademais, teria indicado na inicial a pretensão de ajuizar ação previdenciária em face do INSS, uma vez em posse da "**declaração de vínculo**" eventualmente prestada pela sua ex-empregadora ou de **cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregados**.*

Formulou, ainda, pedido de presunção de veracidade destes fatos a fim de promover a ação contra a autarquia previdenciária.

Impressionou-me o fato de, uma vez prestados os documentos postulados na ação de exibição de documentos, inexistir efetivamente ação posterior contra o seu empregador, remanescendo, assim, tão-somente a pretensão previdenciária a ser formulada oportunamente contra o INSS, caso em que a competência poderia ser da Justiça Estadual, já que na ação cautelar não litiga ente federal a fazer também competente para a demanda assecuratória a Justiça Federal.

*No entanto, entendi prevalecer, em face da pretensão formulada de veracidade dos fatos relativos ao vínculo empregatício mantido, que só poderá ser articulada em face do empregador, já que é ele quem integra a demanda cautelar, a competência do juízo a quem será dado dirimir eventual controvérsia acerca da existência ou não de vínculo empregatício, **no caso de não ser declarado o vínculo empregatício pelo empregador, ou não serem apresentados os documentos postulados, ou, mesmo se apresentados, não fizerem eles menção ao sedizente trabalhador (demandante)**.*

Seguindo essa mesma linha de orientação, confirmam-se os seguintes precedentes:

Conflito negativo de competência. Ação cautelar. Exibição de documentos. Ação de indenização. Comprovação. Exercício de atividade insalubre para concessão de aposentadoria junto ao INSS.

1. As ações tratadas nestes autos decorrem diretamente da relação de trabalho existente entre as partes, postulando o empregado, na cautelar, que o empregador lhe forneça os documentos necessários à instrução do pedido de aposentadoria formulado junto ao INSS. Na ação de indenização, postula-se, também junto ao empregador, o ressarcimento dos prejuízos decorrentes da não-apresentação dos mencionados documentos, matéria também afeta à

competência da Justiça do Trabalho em virtude das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45/04, art. 114, incisos I e VI, da Constituição Federal.

2. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Esteio/RS. (CC 44.119/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/09/2006, DJ 23/10/2006, p. 249)

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA. COMPETÊNCIA VINCULADA À DA AÇÃO PRINCIPAL. ART. 800 DO CPC. CAUSA ENTRE PARTICULARES. AUSÊNCIA DE ENTIDADE FEDERAL NO PROCESSO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ARTIGO 109, I, DA CF.

1. A ação cautelar preparatória deve ser ajuizada perante o juiz competente para conhecer da ação principal (CPC, art. 800).

2. A competência cível da Justiça Federal, estabelecida no art. 109, I, da Constituição, define-se pela natureza das pessoas envolvidas no processo: será da sua competência a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou oponente (art. 109, I, a).

3. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Estadual, a suscitada. (CC 73.614/BA, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Seção, julgado em 27/06/2007, DJ 13/08/2007 p. 317)

No caso, além de não existir ente federal na lide, o que atrairia a competência da Justiça Federal (art. 109, I, da CF), como destacado no parecer ministerial "... o pedido não possui relação com a autarquia federal, sendo, portanto, desnecessária a atuação da Justiça Federal" (e-STJ, fl. 139).

Nesse mesmo sentido, o CC 155.291/RS, Min. Moura Ribeiro, DJe de 15/02/2018, e o CC 134.582/SP, Min. Marco Buzzi, DJe de 05/06/2015).

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE SÃO GONÇALO - RJ, o suscitado.

Comuniquem-se os juízos envolvidos no conflito. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator